



## SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA

Leonardo Sampaio Baleeiro Santana<sup>1</sup>  
Juscimar Arruda Silva<sup>2</sup>  
André Ribeiro de Goveia<sup>3</sup>  
Samuel Marques Borges<sup>4</sup>  
Erenildes Pereira Ximenes Costa<sup>5</sup>  
Aliny de Sousa Lopes<sup>6</sup>

### RESUMO

As crianças, durante a fase da infância, adquirem habilidades em nível social, afetivo, cognitivo, comunicativo e psicomotor, desenvolvido através do aprender a aprender, conhecer, fazer, através da interação com os outros. É assim que eles conseguem construir a estrutura de apropriação do mundo exterior, o reconhecimento de si mesmo e dos outros. O seu desenvolvimento e encenação estão sujeitos às possibilidades e formas de acesso a esses processos, bem como as oportunidades de vinculação aos diversos tipos de representação simbólica e comunicativa da cultura. Deve-se notar que qualquer ação adversa à natureza infantil afeta e impede o desenvolvimento de suas habilidades e, conseqüentemente, atuar em co-responsabilidade com sua condição de educabilidade. As repetidas e crescentes demonstrações de choque que se apresentam contra o ciclo de vida da primeira infância, levaram a suscitar reflexões sobre a recuperação do sentido de sua vida e o repensar de como a aprendizagem, a educação e o treinamento afetam de forma transcendental no desenvolvimento de suas habilidades e, por sua vez, na constituição das crianças cidadãos e cidadãos públicos com direitos e deveres; esta reflexão que levanta a questão como o reconhecimento da infância e suas competências determina o desenvolvimento de seus processos e sua transformação. Três aspectos são abordados neste Artigo: o primeiro refere-se à construção social da infância neste novo paradigma, a segunda trata da aprendizagem, educação e formação como forma de desenvolver as habilidades de crianças e no terceiro a importância de desenvolvimento de habilidades na construção de ações para transformação individual e social.

**Palavras-chave:** Infância; Aprender; Desenvolvimento.

### ABSTRACT

Children, during the phase of childhood, acquire skills at a social, affective, cognitive, communicative and psychomotor level, developed through learning to learn, know, do, through interaction with others. This is how they manage to build the structure of appropriation of the outside world, the recognition of themselves and others. Its development

<sup>1</sup> Mestrando em Educação da Universidade Federal do Tocantins. Email: leonardosbsantana@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins. Email: juscimarads@gmail.com

<sup>3</sup> Secretário de Educação de Tocantínia-TO. Email: andrergoveia@gmail.com

<sup>4</sup> Graduado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Guarai-IESC. Email: samuelmatinha11@gmail.com

<sup>5</sup> Bacharel em Sistema de Informação pelo IFTO. Email: erenildesximenes@gmail.com

<sup>6</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins. Email: aliny712@gmail.com



and staging are subject to the possibilities and forms of access to these processes, as well as the opportunities of linking to the various types of symbolic and communicative representation of culture. It should be noted that any action adverse to the child's nature affects and impedes the development of their abilities and, consequently, act in co-responsibility with their condition of educability. The repeated and growing demonstrations of shock that are presented against the life cycle of early childhood, led to raise reflections on the recovery of the meaning of their life and the rethinking of how learning, education and training affect in a transcendental way in the development of their skills and, in turn, in the constitution of children citizens with rights and duties; this reflection that raises the question how the recognition of childhood and its competencies determines the development of its processes and its transformation. Three aspects are addressed in this article: the first refers to the social construction of childhood in this new paradigm, the second deals with learning, education and training as a way to develop children's skills and in the third the importance of developing skills in the construction of actions for individual and social transformation.

**Keywords:** Childhood; Learn; Development.

## INTRODUÇÃO

A infância é construída socialmente, dizem os proponentes do 'Novo Paradigma' da Sociologia da Infância, mas qual é o sentido dessa formulação? O que exatamente é aquilo que é 'socialmente construído' e quem é o sujeito/objeto da construção? Este artigo avaliará o principal princípio do Novo Paradigma da Sociologia da Infância (NP), que encontra seus fundamentos teóricos especialmente em Allison et al. (1998), e depois desenvolvido em Prout (2011) e Wyness (2012), entre outros. Claro que existem outros textos fundamentais, mas os textos acima costumam ser indicados como os mais importantes para a fundação do NP (RYAN, 2008) Como esses textos constituem a base histórica e teórica da Sociologia da Infância, estes serão o foco da análise teórica.

Este Paradigma questiona a concepção da criança como um 'tornar-se humano': onde as teorias sociológicas tradicionais posicionaram as crianças como em um processo de 'tornar-se', o NP procurou entender as crianças como 'seres' por direito próprio (ALLISON et al., 1998). O objetivo do artigo é mostrar que essa crítica do 'devir' (e da socialização) é abstrata, questionando a aparência superficial do processo social. Este artigo, ao contrário, avança a proposta de que o 'devir' das crianças é, na verdade, tornar-se 'capital humano', ou seja:



as crianças são integradas em um processo que tende a transformá-las em capital humano.

Como outros estudos já descobriram (HOLLOWAY et al., 2019), a confiança do paradigma da Infância na crítica abstrata também necessariamente engendra uma grande contradição no cerne de suas categorias: por um lado, a ênfase excessiva na agência das crianças (FERGUSON, 2017) e de outro, o relativismo cultural sobre as estruturas sociais. No entanto, não se trata apenas de sofisticação teórica: os objetivos dos esforços teóricos são sempre práticos e não adianta reconstruir um fenômeno social como a infância sem questionar as forças sociais que distorcem a vida das crianças (e dos adultos) (AGNOLI, 2003).

## **2 – DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 – INFÂNCIA, TEORIA CRÍTICA E PRINCIPAIS CONCEITOS DE UM ‘NOVO PARADIGMA’ – NP**

Esta seção apresenta os principais conceitos a serem utilizados na crítica ao PE; o objetivo é mostrar que há uma indeterminação de categorias em torno da realidade social das crianças que impede o NP de fundamentar suas reivindicações na construção social da infância.

A Teoria Crítica (TC) de Adorno (1990, 1995, 2019) e seus desenvolvimentos recentes (BONEFELD, 2014; HOLLOWAY, 2010) é utilizada para criticar esse nível teórico abstrato. A base geral para esse tipo de crítica aplicada ao NP foi estabelecida em outro lugar, mas neste artigo é proposta uma tese mais avançada: esta tese assume que o capital humano é a 'construção' social específica da infância que precisa ser analisada e criticada, pois implica uma transformação das relações humanas em relações quantificáveis. Embora o NP esteja correto ao criticar o 'discurso', ou 'regime de verdade' (PROUT e ALLISON, 2015, p. 23) das crianças como 'devir humano', eles não conseguem ver que esse discurso é não apenas meramente cultural: pertence à própria dinâmica social da sociedade.

Temos aqui uma série de conceitos inter-relacionados que precisam de introdução para explicar completamente a tese acima; estes podem ser



apresentados em duas díades: socialização e reificação; capital humano e força de trabalho. Essas díades estão relacionadas entre si.

A socialização é sobre o 'tornar-se' das crianças em adultos. O NP tem um problema com o conceito de socialização, no sentido de que rejeita a existência de uma natureza humana que pode ser distorcida por este processo, por medo de cair no 'modernismo' (PROUT, 2011, p. 8). A socialização é simplesmente proclamada como uma categoria 'modernista' (PROUT e ALLISON, 2015), logo ser confinados à 'lixeira da história': ao fazê-lo, eles não definem explicitamente as categorias através das quais os processos de transformação de crianças em adultos se tornam inteligíveis e abertos à crítica.

Por outro lado, na TC, a socialização está associada às maneiras pelas quais a 'forma de valor' das relações sociais capitalistas assume uma influência cada vez mais geral nas relações sociais: torna-se a forma histórica das relações sociais como relações entre valores quantificáveis (ADORNO, 2019).

Compreender a 'socialização' nestes termos, em termos dos valores quantificáveis que constituem as estruturas sociais através das quais as relações sociais se tornam conflitantes (BONEFELD, 2014), significa estabelecer uma visão antagônica à do NP. A realidade social é uma realidade de lutas (HOLLOWAY, 2010), e a infância está inevitavelmente envolvida nessas lutas. No PE, a socialização está ligada à definição de infância como produto de 'contextos sociais e culturais' (ALLISON e ADRIAN, 2011): mas esses contextos são simplesmente definicionais, sempre deixados indeterminados e repletos de 'conteúdo' apenas por meio de contextos particulares. Tal procedimento inevitavelmente resulta em 'relativismo' (ALLISON et al., 1998, p. 212).

Nesta abordagem relativista, assumimos que a história não é um sistema que se reproduz através da socialização e não é possível excluir algo qualitativamente diferente desde o início (ADORNO, 1995, p. 66).

Assim, este artigo leva em consideração o conceito de socialização sob uma categoria muito específica, a de 'capital humano', ou seja: a capacidade acumulada dos indivíduos de barganhar cada vez mais e mais efetivamente sua posição econômica na sociedade capitalista. Essa 'posição' econômica, considerada em relação à infância, foi parcialmente examinada por estudiosos marxistas-feministas (FERGUSON, 2017, p. 113). É essa 'posição' que deve ser



associada ao conceito de força de trabalho, que é a capacidade geral e social do ser humano para trabalhar, e que individualmente representa o potencial de trocar as próprias habilidades por trabalho assalariado.

Seguindo a TC, o conceito de força de trabalho é usado aqui para subverter as reivindicações dos aspectos positivos do ser humano ter que se acomodar a essa posição econômica e as crianças terem que crescer nessas ('vergonhosas', como diria Adorno) condições adultas. A força de trabalho representa conceitualmente as lutas sociais mencionadas acima: as pessoas, incluindo as crianças, resistem à sua redução à simples força de trabalho (HOLLOWAY, 2010). Em outras palavras, a força de trabalho é o lado negativo do capital humano.

É por meio do vínculo conceitual entre capital humano e força de trabalho que aqui a socialização também se diferencia da reificação, que é nosso último conceito: a reificação é um processo específico de socialização em que as relações entre as pessoas são transformadas em relações entre coisas (BONE-FELD, 2014). É um conceito importante aqui porque se refere à 'forma de valor' mencionada acima, pela qual a atividade humana é medida e valorizada em termos de quantidades (*in primis*: dinheiro): o ser humano é então valorizado em termos das quantidades que sua força de trabalho tem capacidade de produzir. Dentro da 'forma de valor', as relações sociais aparecem como relações entre quantidades, entre coisas – daí a reificação. A socialização é um processo mais amplo pelo qual pode ocorrer a reificação, sempre resistido e contestado (FERGUSON, 2017, p. 114), como veremos nas seções finais.

Seguindo o enquadramento dos conceitos-chave, esta é a primeira observação crítica a ser feita: como NP rejeita o conceito de 'socialização' e, portanto, não se envolve com os possíveis significados sociais desse conceito, acaba por confundir socialização e reificação, isto é: o próprio conceito de 'crescer' e todas as formas de determinação social associadas à idade adulta são consideradas distorcedoras, ou simplesmente 'construindo', o 'ser humano' associado à infância. Por outro lado, em nosso contexto, as crianças são socializadas no sentido de que entram, atravessam e resistem a um determinado processo social, historicamente relevante e concreto (FERGUSON, 2017).



Assim, vinculamos a reificação a uma instância social precisa: o 'capital humano'. Ser explícito sobre os processos de socialização e sua interação com a reificação não é um ponto forte do NP. No plano teórico, o NP prefere encontrar 'simetrias' entre agente e estrutura, ou o substrato do qual a dicotomia agência-estrutura emergiria (PROUT, 2011, p. 8-9), enquanto o TC investiga, na verdade, assimetrias preocupantes entre esses processos e a infância como sujeito, como veremos a seguir. Para torná-lo mais explícito, o posicionamento teórico acima significa que o NP se move em um terreno simplesmente descritivo, abstendo-se de qualquer crítica específica do que há de errado com a socialização, pelo qual o TC pode 'nomear' a questão, mas permanecendo no nível conceitual (ADORNO, 1995, p. 30).

## 2.2 – CAPITAL HUMANO, NEOLIBERALISMO E INFÂNCIA

Na seção anterior, enquadramos os principais conceitos para a crítica do PE: a socialização das crianças na vida adulta é vista como um processo específico que envolve a redução das relações sociais a relações quantificáveis. Nisso, a seção acima também apontou o capital humano como um conceito que dá uma determinação concreta às reflexões sobre a socialização: contrastando capital humano com o conceito de força de trabalho, ficou claro ainda que a socialização das crianças como capital humano é o conceito concreto e conceitual. construção social' da infância que precisa ser criticada. O NP tomaria este processo como 'reificação', pelo que aqui se evita o colapso da socialização em reificação, porque há uma ênfase nas lutas e resistências dentro do processo de socialização.

Assim, a tese é que a infância é socialmente construída, mas crucialmente a socialização deve ser vista como instanciando o 'capital humano' na infância. No campo da economia neoliberal, 'as crianças são vistas como formas de capital humano (Schultz, 1973, p. 5), daí a busca pelo 'valor econômico das crianças e da educação.

É importante considerar aqui essa ideia de capital humano (FOUCAULT, 2008) porque pressupõe que o ser humano tem potencial de transformação: o ser humano não deve ser pensado como trabalhador assalariado, mas 'como



capitalista'. Além disso, Schultz chega a afirmar que as crianças são o 'capital do homem pobre' (1973, p. 5), dificultando, assim, ao NP articular contra-alegações em razão de classe e agência.

O neoliberalismo tenta dissociar a personalidade da realidade do trabalho assalariado e reformulá-la no 'mundo livre' das trocas de mercado. O indivíduo deve ser visto como o proprietário livre de uma forma de capital, que é representada por sua capacidade de trabalhar e ganhar dinheiro por meio de um conjunto de habilidades que lhe foram dotadas ao nascer, mas principalmente capaz de adquiri-las por meio do cuidado e afeto emocional dos pais e do sistema educacional (SCHULTZ, 1963, 1973).

A educação e a formação são os momentos formalizados pelos quais a infância é socializada em capital humano (RIKOWSKI, 2002). Se esta é uma 'construção social' específica da infância, o que se segue? Se o capital humano é a articulação neoliberal da força de trabalho, como é possível criticar a 'construção social da infância'? Para o enquadramento neoliberal da infância, a agência é central, pois o capital humano é a base da agência. A afinidade do NP com a compreensão neoliberal de agência e relações sociais fica clara quando Allison (2009, p. 44) afirma que 'a agência, em última análise, é um atributo de crianças individuais'. No entanto, na sequência de críticas (ANSELL, 2009, p. 199), o PE procura reformular as noções de agência, procurando 'descentrar' o sujeito e incluindo sugestões dos 'regimes de verdade' de Foucault (PROUT e ALLISON, 2015, p. 23).

As referências a Foucault (2008) são importantes, pois por meio de sua obra é possível: (1) isolar o conceito de 'biopoder', que pode ser atrelado às características do PE de compreensão descentralizada do sujeito e agência infantil (HOLLOWAY et al., 2019, p. 462) e (2) vincular biopoder e agência explicitamente ao 'capital humano'. Na compreensão de Foucault, o biopoder torna-se um impulso indefinido da vida social e uma base vaga para a resistência individual às instituições sociais.

Para ser mais preciso, Foucault (2008) enquadra o capital humano como a realização do biopoder na esfera da produção econômica e da reprodução social. No entanto, neste ponto é crucial afirmar novamente que, contrariamente perspectivas neoliberais, abordagens críticas estabelecem a equação de capital



humano (e biopoder) para força de trabalho e enquadram esses conceitos dentro das relações sociais desiguais existentes onde os sujeitos humanos são subordinados aos valores econômicos (ADORNO, 1990; HOLLOWAY, 2010).

Assim, vis-à-vis o TC, o NP só pode pôr em causa a ideologia que atribui às crianças o papel de 'aprendiz' e 'seres imaturos' à espera de serem educados e formados (ALLISON e PROUT, 1997) em capital humano esta é uma crítica puramente formal e abstrata. Criticar a ideologia e seu suposto produto final não diz nada sobre o processo de transformação das crianças em 'indivíduos adultos', que aqui pode ser entendido como capital humano, a capacidade abstrata dos indivíduos de barganhar sua posição econômica na sociedade capitalista. Segue-se que o NP se concentra nas características 'reificadas' da infância sem questionar o processo social por trás dela: isso será melhor exposto na próxima seção.

### 2.3 – A INFÂNCIA COMO 'CONSTRUÍDA SOCIALMENTE'?

As referências teóricas explícitas variam da fenomenologia e das amplas abordagens construcionistas sociais aos conceitos pós-estruturalistas e foucaultianos de 'discurso' (WOODHEAD, 2009). Como o NP recorre à fenomenologia (ALLISON et al., 1998), sua análise tende a tomar os fenômenos (infância) como eles 'são', pois o procedimento fenomenológico supostamente assegura que o 'pensamento' possa acessar a 'coisa real', evitando as categorias de cognição (ADORNO, 1990). Isso pode soar paradoxal, dada a insistência na ideia de que a infância é socialmente construída. No entanto, isso ocorre apenas na superfície, pois o procedimento padrão da quase totalidade dos textos-chave do NP é usar dados históricos e antropológicos para 'demonstrar' que a infância é socialmente construída (TISDALL e PUNCH, 2012).

Como existem estudos historiográficos e etnográficos que mostram que a infância aparece social e culturalmente diferente em determinados pontos da história ou da geografia, deve-se simplesmente concluir que a infância é socialmente construída. Assim, por exemplo: porque a famosa obra de Ariès (1962) mostra que na Idade Média havia outro conceito radicalmente diferente de infância, então seguiria simplesmente que a infância é socialmente construída e esse





'fato' dispensaria o NP do esforço de articular conceitualmente o processo de construção social. Dado que o procedimento conceitual do NP só pode ser abstrato e vazio, ele simplesmente aponta para a complexidade indeterminada da vida social ao longo da história e das diferentes culturas.

Apesar desse forte relativismo histórico e cultural, os proponentes do NP afirmam, mais normativamente do que conceitualmente (HOLLOWAY et al., 2019), que a realidade social é construída por agentes capazes, crianças – que não são receptores passivos de socialização. Mais normativamente do que conceitualmente, porque a subjetividade das crianças não é articulada em referência a processos específicos de socialização descritos nas seções anteriores.

Esse processo específico diz respeito à socialização das crianças como 'capital humano', que representa a 'construção social' concreta e conceitual da infância que precisa ser criticada. Assim, o NP tende a adotar o modelo neoliberal de indivíduos livres agindo racionalmente no mercado (ANSELL, 2009, p. 199), ao fazê-lo descreve atores sustentando interações com seus pares e adultos que são abstratamente livres. No entanto, se as crianças são os agentes de seus mundos sociais, o papel das estruturas de opressão deve ser minimizado.

Assim, temos uma aporia no coração do NP. A principal contradição reside em exigir simultaneamente, por um lado, fortes subjetividades por parte das crianças (FERGUSON, 2017) e, por outro, a necessidade do papel constrangedor das estruturas sociais para explicar a falta de liberdade que ser postulado para a possível emancipação da infância. Assim, alegadamente, 'regimes de verdade' constituem a criança, que por sua vez, apresenta uma agência capaz de se afirmar na interação social, mas na verdade essa representação segue a noção abstrata de agência e a falta de explicação para as estruturas sociais que estamos expondo aqui.

A aporia segue a raiz fenomenológica discutida acima: individualizar a 'coisa real' (infância) fora da mediação conceitual do tipo ilustrado na seção 'Infância, teoria crítica e principais conceitos para uma crítica da seção NP (como a relação dialética entre força de trabalho e capital humano) tem o efeito de ter que se basear sub-repticiamente em "fatos" históricos e etnográficos. Fatos como 'a infância na Idade Média não existia', como narra Ariès (1962), deve ser tão evidente para poupar qualquer outro esforço conceitual.



No entanto, essa abordagem dos fatos leva a um resultado relativista: a 'infância' torna-se um 'sinal' para uma representação particular que é convencionalmente reconstruída dentro de uma totalidade social. Essa maneira de relacionar as representações em uma totalidade, para que não permaneçam mais como abstrações, poderia variar de tal forma que cada variação levaria a uma totalidade historicamente diferente (PSYCHOPEDIS, 1995, p. 21).

Somos então apresentados a reinos de possibilidades e representações abstratamente indeterminados, abstraídos da realidade concreta das práticas sociais. Assim, se o significado da infância é o 'pacote de ideias e sentimentos que caracterizam a natureza socialmente construída da infância' (WYNESS, 2012, p. 10), então o NP só pode oscilar entre o domínio do discurso (idealismo) e o domínio indeterminado da realidade positiva.

O esquematismo do NP (ALLISON et al., 1998, p. 147) dificilmente é modificado por afirmações de que a agência das crianças deve ser reformulada de acordo com a Teoria Ator-Rede ou ideias pós-estruturalistas (PROUT, 2011). Uma 'compreensão descentralizada da subjetividade', baseada em uma 'abordagem performativa da agência', só pode fornecer um corretivo para essa aporia, desde que 'a performativa' seja sobre a implementação da ação individual ou coletiva em vista dos objetivos humanos. Mas o que exatamente deve ser realizado, por quem e contra que constrangimento social?

O NP se esquivava de formular teoricamente o que é a crítica real das condições de socialização e reificação. Como explicado nas seções anteriores, essa crítica pode ser articulada dando uma determinação precisa à ideia de que 'a infância é socialmente construída': o capital humano é a determinação social da infância como 'devir humano', tendo em vista o pleno desdobramento produtivo da seres humanos como força de trabalho.

A falta de determinação social e o postulado normativo da forte agência das crianças impedem que a análise do NP demonstre que 'a infância é socialmente construída'. A reconstrução de seu objeto (infância) força sua abordagem a simplesmente descrever esse objeto de uma maneira historicamente-culturalmente relativa. Dada a falta de teorização adequada em torno das relações sociais que constituem a 'infância', o NP tende a se transformar em um simples mantra ('a infância é socialmente construída'), que, em virtude de ser repetido,



deveria ter validade. Eventualmente, o problema da reconstrução concreta do objeto do NP é identificado na reflexividade do pesquisador (ALLISON et al., 1998), em que os valores de verdade, autenticidade, liberdade e justiça devem ser introduzidos externamente.

É claramente uma posição em que os valores não encontram lugar na construção do objeto, a vida das crianças, mas os valores precisam ser levados à discussão por meio de um ato voluntarista

#### 2.4 – AS FALHAS DO 'NOVO PARADIGMA'

Na seção anterior, vimos as falhas fundamentais do NP: ele só pode postular a subjetividade da criança por uma necessidade normativa, enquanto a afirmação sobre a 'construção social da infância' fica sem fundamento. O NP entende as estruturas sociais como panos de fundo neutros que se desdobram ao longo de um 'continuum histórico' que é qualitativamente indiferente (BENJAMIN, 1981), daí o medo do 'reducionismo sociológico' (PROUT, 2011), dada a sua incapacidade padrão de mover uma crítica concreta dos processos sociais.

Este posicionamento leva a um dualismo, onde a agência das crianças é simplesmente postulada e onde as estruturas sociais são realmente naturalizadas. Esse dualismo é tanto a força quanto a fraqueza do NP, mas ao preço de assumir duas realidades: a realidade sistêmica das estruturas sociais e a realidade agente do sujeito. Identifica a reificação da infância com o fluxo em constante mudança da realidade social histórica. A teorização do NP passa a representar a *descrição* de vários aspectos da formação sócio-histórica da infância ao invés de sua crítica determinada, mas 'a crítica da reificação não é sobre coisas reificadas como tais' (BONEFELD, 2014, p. 69), como mostra a seção 'Infância, teoria crítica e principais conceitos para uma crítica do NP'. O NP simplesmente questiona a forma determinada da infância, sua forma reificada.

Toda forma histórica de infância que é possível identificar (ALLISON et al., 1998) é considerada abstratamente em sua falta de liberdade. Os fenômenos sociais são tomados pelo 'valor de face' e então relativizados em um determinado lugar e tempo, estes são então proclamados como socialmente construídos. No entanto, as relações sociais e o antagonismo social não podem entrar



na análise, pelo menos não como parte constitutiva do objeto de estudo, pois o PE confunde socialização com reificação, como explicado acima. O conflito e o antagonismo social não são de suma importância para compreender a posição das crianças nas sociedades modernas.

Essa mistura peculiar de pós-estruturalismo e positivismo é particularmente evidente nas principais equações que Wyness (2012) postula no início de sua análise da cultura contemporânea da infância. Ao observar que essas definições culturais vinculam a infância ao 'brincar' e a idade adulta ao 'trabalho', ele tem razão, mas então o que deveria seguir seria, na verdade, a análise crítica das formas que associam a idade adulta a uma determinada versão de 'trabalho' (como o uso produtivo da 'força de trabalho') e como a infância é construída em oposição – mas também em relação – à forma geral do trabalho como mercadoria e, portanto, ao capital humano.

A análise de Wyness é então desenvolvida de acordo com uma visão convencional dos papéis sociais; põe em questão que as crianças não têm outra escolha senão assumir o papel de seres humanos brincalhões, enquanto perdem a realidade reificadora dos sistemas de opressão. O que na superfície afirma ser uma crítica social astuta,

Como vimos na seção 'Infância, teoria crítica e principais conceitos para uma crítica do NP', o conceito de socialização pode ser criticamente vinculado aos processos de reificação por meio dos quais a forma social dominante é reproduzida. Esta forma social caracteriza-se pelo capital humano; a tese deste artigo é que o 'capital humano' é a determinação social da infância como 'dever humano', tendo em vista o pleno desenvolvimento produtivo do ser humano como força de trabalho. Assim, questionar a forma reificada da infância (seja o jogo ou o trabalho) não equivale a uma crítica aos processos de reificação (transformação do ser humano em capital humano): na medida em que o NP mostra sua falta de crítica concreta e, como seu pós-contrapartes estruturalistas, 'coloca tudo em questão e não critica nada' (ADORNO, 1995, p. 37). A resistência concreta à redução da vida humana ao capital humano está ausente no NP e vice-versa presente nas práticas pedagógicas alternativas, como veremos nas seções abaixo.



Esta seção teve como objetivo demonstrar que a teorização do NP não capta processos de reificação envolvendo crianças e sua transformação em capital humano. A aporia entre o relativismo cultural e a ênfase excessiva na agência já foi sinalizada antes, no entanto, esta seção enfatizou a falta de um trabalho teórico sério por parte do PE que produz o resultado de reivindicações normativas abstratas por um lado e sociologia regressiva. categorias econômicas, por outro.

Há uma pressa para o 'novo', para reivindicar novas áreas a serem colonizadas, para estabelecer uma nova disciplina, em vez de interrogar uma sociedade injusta. É pertinente, então, contestar a postura artificial do NP, segundo a qual todo pensamento anterior sobre a infância' deve ser enviado para a lixeira. Como observado em outro lugar, isso parece um sinal claro de que o NP simplesmente sonha com novos campos acadêmicos a conquistar, como anteriormente Adorno (1995, p. 48) acusava a Sociologia do Conhecimento de fazer.

## 2.5 – A INFÂNCIA COMO SUJEITO

A crítica ao NP movida nas duas seções anteriores mostra que sua 'construção social' da infância não é articulada concretamente e que a compreensão teórica da infância é simplesmente delegada a relatos historiográficos ou etnográficos. Uma crítica concreta das formas de processos de reificação (por exemplo, socialização da infância como capital humano) é necessária em vez de uma crítica abstrata da infância reificada.

Se a infância é 'construída socialmente', significa que ela faz parte do fenômeno mais amplo da integração capitalista (HOLLOWAY, 2010) da sociedade, como proposto nas duas primeiras seções, mas também significa que as crianças, além de passarem por esse processo, também se opõem e resistem à sua construção social (FERGUSON, 2017). Essas considerações 'dialéticas' são feitas com base em que o sistema de socialização (ou construção) nunca é 'total' (ADORNO, 2019): as formas sociais reificadas pelas quais as crianças existem são constituídas por lutas sociais que desafiam constantemente a totalidade do sistema. Contra Jenks (2009, p. 111), a infância nunca faz parte de uma



totalidade social. Isso tem implicações para o tipo de crítica e análise que é possível passar para formas de reificação da infância.

## 2.6 – A LUTA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA

Essas práticas implicam um posicionamento social e político em torno da 'construção' da infância; eles a entendem praticamente e se opõem a ela de maneira concreta. Para as práticas consideradas acima, a infância não é vista simplesmente como 'construída' contra um pano de fundo político e social neutro, a socialização não se reduz à reificação e não é pensada como um processo automático. Assim, a determinação da prática se inscreve na oposição ao consumismo e na oposição à marginalização dos papéis de educadores e pais.

Esses movimentos pedagógicos estão, então, praticamente preocupados em se opor à formação implícita das crianças em capital humano, uma formação que essas práticas vinculam a mecanismos específicos em operação durante a infância. De fato, a reflexividade prática desses pais e educadores implica um conhecimento específico dos mecanismos sociais e políticos de socialização das crianças e, com isso, a elaboração prática de contra-estratégias. Assim, o abandono do trabalho dos professores e da aprendizagem dos alunos, a rejeição das metas educativas e até dos valores tradicionais tornam-se elementos de contra-estratégias (CODELO, 2015). Para os propósitos deste artigo, é possível conceituar essas contra-estratégias como lutas.

Assim, a infância é 'construída socialmente', mas também há uma resistência determinada às formas de reificação: resiste-se à integração social em nome de subjetividades infantis não integradas. Nessas práticas alternativas, as subjetividades estão sempre implicadas em lutas e a luta que é possível aprender com essas práticas é sobre a resistência à redução do ser humano ao capital humano, o esvaziamento da educação e o consumismo. Podemos levar essas reflexões adiante: para essas práticas alternativas, o consumismo é o esvaziamento do 'valor de uso' e sua abordagem da interação adulto-criança é uma tentativa de resgatar valores que não podem ser quantificados, valores de uso gerados por meio de um tipo particular de criatividade que não pode ser integrada. Em termos de TC, essas práticas alternativas apontam para o uso de



valor e criatividade 'em, Holloway, 2010) a 'forma de valor' como forma de socialização (conforme explicado na seção 'Infância, teoria crítica e principais conceitos para uma crítica do NP)'.  
'

A particularidade é a ideia-chave destas práticas pedagógicas e esta compreensão deve estar ligada à reavaliação da 'natureza' espontânea das crianças. Aqui, não há espaço suficiente para descompactar completamente essa compreensão diferente da 'natureza' humana, uma compreensão que é mobilizada para praticamente contrastar as tendências homogeneizantes da socialização e, mais em particular, a reificação das crianças em 'capital humano'. Basta dizer que onde tudo se torna 'social' e 'cultural', como na abordagem do NP à 'construção social', as abordagens crítico-dialéticas apontam para os aspectos negativos da socialização (ADORNO, 2019). Essa compreensão da 'natureza' fornece então um *trait d'union* entre essas práticas pedagógicas e o TC. Não é tanto que a natureza se oponha à sociedade, mas que a natureza é entendida como fundamentadora de suas lutas.

Para ambos os movimentos, a realidade social onde ocorrem as experiências da infância não é caracterizada pela paz e pela coesão social: a corrida homogênea e vazia do tempo postulada pelo positivismo (BENJAMIN, 1981) pode ser retomada pelo NP, mas por desses movimentos pedagógicos, o ponto de partida é outro. O ponto de partida é a narração que descreve as lutas, ao mesmo tempo em que avança a noção de particularidade da criança. Com a narração (e prática) da luta, há também a rejeição implícita de um sistema preocupado com a separação das crianças segundo critérios úteis para a formação do capital humano, ao mesmo tempo que centra os valores práticos na inclusão (Pedagogia dos Pais) e na um uso e compreensão diferente do tempo (educação lenta).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo é a crítica ao 'Novo Paradigma' da Sociologia da Infância. O NP 'questiona tudo e não critica nada' porque a sua teorização da infância e das relações sociais em torno da infância é desenvolvida de forma abstrata, implica uma indeterminação de conceitos em torno da realidade social



das crianças. Segue-se que o mundo social relativo da infância é tão indefinido quanto a própria realidade e recebe seu conteúdo apenas por contingências históricas e geográficas: há pouco esforço conceitual nos esforços teóricos do NP, afinal suas 'representações' são simplesmente descrições.

Dentro desse quadro, a infância pode ser considerada 'socialmente construída' apenas em abstrato e sua determinação só é encontrada por meio de uma referência positivista aos fatos. Esses fatos tendem ao *status quo não* perturbado pela possibilidade de crítica radical. Tentamos mostrar que no NP o relativismo e o positivismo andam de mãos dadas, minando assim a base da crítica: é nossa afirmação que, apesar de seu mantra, o NP não articula conceitualmente a 'construção social da infância'. Até onde sabemos, essa crítica não é avançada ou totalmente articulada em nenhum outro lugar.

No plano teórico, este artigo propõe o uso do conceito de 'força de trabalho' para enquadrar como o capital humano é articulado para criar e promover o 'valor econômico das crianças e da educação' (SCHULTZ, 1963, 1973). Esse enquadramento quer ser crítico no sentido de que visa expor as forças sociais por trás do impulso neoliberal de compreender e formar o indivíduo como proprietário livre de uma forma de capital.

Através dos conceitos de 'capital humano' como articulação neoliberal da força de trabalho, este artigo procurou demonstrar que a socialização das crianças como capital humano é a 'construção social' concreta e conceitual da infância que precisa ser criticada. Argumentamos que 'colocar em questão' a reificação (a forma determinada de infância, abstratamente isolada das relações sociais subjacentes) não elimina as formas reificadas de identidade, mas deixa os mecanismos de reificação não examinados (BONEFELD, 2014). A sua atitude abstrata e relativista no enquadramento da construção social da infância só pode permitir recorrer a valores do exterior, como um ato voluntarista do investigador.

Nas ciências sociais, uma abordagem que segue as linhas do neoliberalismo não pode constituir a base teórica para destravar processos de socialização em vista da emancipação de crianças e adultos.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. **Prisms** (1955). Cambridge, MA: MIT Press. 1995.
- AGNOLI, J. A destruição como determinação do estudioso em tempos miseráveis. In: Bonefeld W (ed) **Escritos Revolucionários**. New York: **Autonomeia**, p. 25–38, 2003.
- ALLISON, J., JENKS, C.; PROUT, A. **Teorizando a Infância**. Cambridge: Polity. 1998.
- ALLISON, J.; ADRIAN, J. **Conceitos chave em estudos da infância**. London: Sage. 2011.
- ANSELL, N. Infância e a política de escala: descalcificando as geografias das crianças? **Progresso na Geografia Humana**. 33(2): 190–209, 2009.
- ARIES, P. **Séculos de infância: uma história social da vida familiar**. New York: Vintage. 1962.
- BENJAMIN, W. **Angelus Novus**. Torino: Einaudi. 1981.
- BONEFELD, W. **Teoria Crítica e a Crítica da Economia Política**. London: Bloomsbury. 2014.
- CODELLO, F. **O sino não toca mais**. Lugano: La Baronata. 2015.
- FERGUSON, S. Crianças, infância e capitalismo: uma perspectiva de reprodução social. In: Bhattacharya T (ed) **Teoria da Reprodução Social**. London: **Pluto Press**, p. 112–130, 2017.
- FOUCAULT, M. Nascimento da Biopolítica: Palestras no “College de France”. 1978-79. New York: **Palgrave McMillan**. 2008.
- HOLLOWAY, S. L., HOLT, L.; MILLS, S. Questões de agência: Capacidade, subjetividade, espacialidade e temporalidade. **Progresso na Geografia Humana** 43(3): 458–477, 2019.
- HOLLOWAY, J. **“Crack Capitalism”**. New York: Pluto Press. 2010.
- JENKS, C. Construindo sociologicamente a infância. In: Kehily MJ (ed) **An introduction to Childhood Studies**. Maidenhead: **Open University Press**, p. 93–111, 2009.
- PROUT, A. Dando um passo para longe da modernidade: Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Estudos Globais da Infância**. 1(1): 4–14, 2011.



PROUT, A.; ALLISON, J. Um novo paradigma para a sociologia da infância? Proveniência, promessa e problemas. In: Allison J e Prout A (eds) *Construindo e Reconstruindo a Infância*. **Abingdon: Routledge**, p. 7–33, 2015.

PSYCHOPEDIS, K. Explicação emancipadora. In: Bonfeld W, Gunn R, Holloway J, et al. (eds) *Open Marxism—Volume III: Emancipating Marx*. London: **Pluto Press**, p.17–39, 1995.

RIKOWSKI, G. Combustível para o fogo vivo: força de trabalho! In: Dinerstein A e Neary M (eds) *The Labour Debate*. **Aldershot: Ashgate Publishing Company**, p. 188–211, 2002.

RYAN, P. J. Quão novo é o “novo” estudo social da infância? O mito da mudança de paradigma. **Revista de História Interdisciplinar**. XXXVIII (4): 553–576, 2008.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da Educação**. New York: Columbia University Press. 1963.

SCHULTZ, T. W. O valor das crianças: uma perspectiva econômica. **Journal of Political Economy** 81(2, part 2): S2–S13, 1973.

TISDALL, E. K. M.; PUNCH, S. Não é tão ‘novo’? Olhando criticamente para os estudos da infância. **Geografias infantis**. 10 (3): 249–264, 2012.

WOODHEAD, M. Estudos da infância: passado, presente e futuro. In: Kehily MJ (ed) *Uma Introdução aos Estudos da Infância*. Maidenhead: **Open University Press**, p. 17–34, 2009.

WYNESS, M. **Infância e Sociedade**. 2nd Ed. London: Macmillan. 2012.